



90

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0297661-2

COMARCA: Araripina

ORIGEM: Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Araripina

PARTES: Município de Araripina

Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. FORNECIMENTO GRATUITO DOS MEDICAMENTOS TEMODAL (TEMOZOLOMIDA) E AVASTIN (BEVACIZUMAB). PACIENTE PORTADOR DE GLIOBLASTOMA MULTIFORME (CID10 C71.3). RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO.

1. A obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais à população carente) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A imprescindibilidade dos referidos medicamentos resta evidenciada pela apreciação do 'relatório médico' subscrito pela Dra. Ana Flávia Bacalhau (CRM-CE 9.244), do Hospital Maternidade São Vicente de Paulo, cujo conteúdo não foi contraditado pelo Município réu. 3. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Francisco Josimar Alves da Silva, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o fornecimento dos medicamentos pleiteados é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 4. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 5. Reexame necessário improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Reexame Necessário nº 0297661-2, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de maio de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0297661-2

COMARCA: Araripina

ORIGEM: Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Araripina

PARTES: Município de Araripina

Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Ação Civil Pública** (nº 0001226-27.2012.8.17.0210) proposta pelo **Ministério Público do Estado de Pernambuco** em face do **Município de Araripina**, julgada **procedente** pelo Juízo de primeiro grau, nos seguintes termos:

"Diante do acima exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL E, POR CONSEQUENCIA, TORNO DEFINITIVA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONCEDIDA ÀS FLS. 59/60 dos presentes autos. (...)".

Na via ordinária, o autor/recorrido, pugna pelo fornecimento dos medicamentos TEMODAL (TEMOZOLOMIDA) e AVASTIN (BEVACIZUMAB) a Francisco Josimar Alves da Silva, portador de Glioblastoma Multiforme (CID10 C71.3 - fl.26), e bem assim pela garantia de que o respectivo fornecimento seja mantido enquanto necessário, com base no 'relatório médico' (fls.26/27) e nas 'prescrições médicas' (fls.54/55), subscritos pela Dra. Ana Flávia Bacalhau (CRM-CE 9.244), do Hospital Maternidade São Vicente de Paulo.

Assevera a imprescindibilidade dos referidos medicamentos, tendo em vista que *"Por conta da evolução habitualmente desfavorável da doença (agressiva), é importante que o tratamento quimioterápico adequado conforme descrito acima não demore, pois isso poderia acarretar a progressão tumoral com sérias consequências"*, conforme preceitua o 'relatório médico' supra referido.

Nesse panorama, o autor/recorrido aponta como fundamentos da legitimidade ativa do Ministério Público para atuar como substituto processual na defesa do direito à saúde as prescrições constitucionais constantes dos arts. 127, *caput*, e 129, II e III, e como fundamentos da responsabilidade estatal para com a saúde, as prescrições constitucionais constantes dos arts. 5º, *caput*, 6º, 196/198, além de dispositivos da Lei nº 8.080/90.

Em sede de contestação (fls.64/65), sustentou o Município de Araripina que *"como integrante da República Federativa do Brasil, garantidora do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, vem assumir sua responsabilidade perante a determinação insculpida na Carta Maior (art. 5º, caput)"*, reconheceu a procedência do pedido, e

86 n



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

pugnou pelo julgamento de mérito da ação, nos termos do art. 269, II, do Código de Processo Civil.

Não houve interposição de apelo voluntário.

O Ministério Público com assento neste Tribunal ressaltou (fls. 81/82) a inexistência nos autos de 'certidão' que ateste, de modo inequívoco, que o Município réu deixou transcorrer *in albis* o prazo recursal, contrariando, assim, a regra contida no art. 527, V, do CPC, pelo que requer *"que a Chefia de Secretaria certifique nos autos, que, uma vez intimada, a administração pública municipal deixou precluir o seu direito ao recurso"*, e bem assim, *"nova vista dos autos para emissão de parecer de mérito, tendo em vista a obrigatoriedade da intervenção ministerial, em face da presença de interesse indisponível"*.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 13 de março de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0297661-2

COMARCA: Araripina

ORIGEM: Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Araripina

PARTES: Município de Araripina

Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, rejeito o pleito ministerial de retorno dos autos à Diretoria Cível para fins de certificar a fluência do prazo recursal sem a interposição de recurso, eis que o próprio Município réu reconheceu (em sede de contestação – fls. 64/65) a procedência do pedido do autor/recorrido (substituído) e pugnou pelo julgamento de mérito da ação, nos termos do art. 269, II, do Código de Processo Civil.

Ademais, nada há que se falar em nova vista dos autos para manifestação do Ministério Público de segundo grau, eis que o mesmo já teve a oportunidade de se pronunciar sobre a questão ('Cota' – fls. 81/82).

Quanto ao mérito, como visto, pugna o autor/recorrido pelo fornecimento, a Francisco Josimar Alves da Silva, na forma prescrita pela profissional que a acompanha (fls. 54/55), dos medicamentos TEMODAL (TEMOZOLOMIDA) e AVASTIN (BEVACIZUMAB), por não ter o paciente (substituído) condições de arcar com a respectiva compra.

Anoto que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais à população carente) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198).

A imprescindibilidade dos referidos medicamentos resta evidenciada pela apreciação do 'relatório médico' (fls.26/27), subscrito pela Dra. Ana Flávia Bacalhau (CRM-CE 9.244), do Hospital Maternidade São Vicente de Paulo, cujo conteúdo não foi contraditado pelo Município réu.

No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Francisco Josimar Alves da Silva, atestada pelos documentos acostados aos autos (fls. 25/50), pelo que o fornecimento dos medicamentos pleiteados é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.

Ademais, a jurisprudência é ampla e pacífica nesse sentido, a começar pela Súmula 18 deste próprio Tribunal:

“É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial”.

Do Superior Tribunal de Justiça, colaciono o aresto seguinte:

“PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. IDOSO. LEGITIMIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS (MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO). ARTS. 196 E 198, § 1º, DA CF/88. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.
2. Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde.
3. O Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sendo solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Legitimidade passiva do Estado configurada.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido.” (Resp 828.140-MT, Rel. Min. Denise Arruda).

O Supremo Tribunal Federal segue na mesma linha:

EMENTA:

PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS DE TENTATIVA DE SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR DE PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, “CAPUT”, E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA E/OU DE SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR DE CUMPRIR. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, "caput", e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF. MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE RECORRER. - O abuso do direito de recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato de litigância maliciosa repelido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa. A multa a que se refere o art. 557, § 2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito de recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento de retardamento da solução jurisdicional do conflito de interesses. Precedentes." (RE - AgR 393175/RS, Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 12/12/2006).

Ante o exposto, e sendo certo que a pretensão do Município está em linha de confronto com a jurisprudência predominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal, **nego provimento ao reexame necessário.**

Recife, 27 de maio de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator